ADS ER EÓLICA VENTO ARAGANO I S.A.

ção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **2.15 Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para riscos:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros – a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros fluante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações: **Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros**

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
13.590	Alta do CDI	Aplicação financeira	27/02/2023	10,55%	1.433	13,19%	1.792
13.590	Baixa do CDI	Aplicação financeira	27/02/2023	10,55%	1.433	7,91%	1.075
3.028	Alta do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	119	4,89%	148
3.028	Baixa do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	119	2,94%	89
40.761	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.572	125	4465
40.761	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.572	75	2.679
45.668	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.439	125	4.299
45.668	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.439	75	2.579

b.2) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regulamentarmente. **b.3) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislações.

Em 31 de dezembro de 2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	339	339	-	-	-
Outras contas a pagar	836	836	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	40.761	5.388	5.388	5.388	24.597
Dividendos a pagar	1.384	1.384	-	-	-
Passivo de arrendamentos	1.156	1.156	-	-	-
Posição líquida	44.476	9.103	5.388	5.388	24.597
Em 31 de dezembro de 2021	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	315	315	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.668	5.354	5.354	5.354	29.606
Dividendos a pagar	239	239	-	-	-
Passivo de arrendamentos	1.350	1.350	-	-	-
Posição líquida	47.572	7.258	5.354	5.354	29.606

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	15.226	3.814
Títulos e valores mobiliários	3.017	3.537
Custo amortizado	3.653	4.181
Contas a receber de clientes	-	3.262
Partes relacionadas	52	264
Outros ativos	21.948	15.058
Custo amortizado	339	315
Fornecedores	40.761	45.668
Empréstimos e financiamentos	1.576	1.675
Passivo de arrendamento	1.384	239
Dividendos a pagar	836	-
Outras contas a pagar	44.896	47.897

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de **Classificação contábil e mensuração dos valores justos:** avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Ativos	Mensuração a valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	15.226	15.226	3.814	3.814
Contas a receber de clientes	Nível 2	3.653	3.653	4.181	4.181
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	3.262	3.262
Outros ativos	Nível 2	52	52	264	264
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	3.017	3.017	3.537	3.537
		21.948	21.948	15.058	15.058
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	339	339	315	315
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	40.761	45.668	45.668	45.668
Passivo de arrendamento	Nível 2	1.576	1.576	1.675	1.675
Dividendos a pagar	Nível 2	1.384	1.384	239	239
Outras contas a pagar	Nível 2	836	836	-	-
		44.896	44.896	40.639	40.639

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Fornecedores a pagar a for-

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.500	1.662
Aquisições	-	26
Depreciação	(59)	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.441	1.23
Depreciação	(59)	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.382	54
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.574	1.62
Aquisições	-	26
Juros	175	10
Pagamentos	(199)	(73)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.550	1.25
Juros	169	6
Pagamentos	(199)	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.520	56
Terrenos (reapresentado)	1.574	162
Veículos	162	1.736
Total	1.736	1.898
Terrenos (reapresentado)	1.574	162
Veículos	162	1.736
Total	1.736	1.898
Terrenos (reapresentado)	1.574	162
Veículos	162	1.736
Total	1.736	1.898

necessores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras. **d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim resumizado:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota explicativa 10)	40.761	45.668
Passivo de arrendamento (Nota explicativa 8b)	1.576	1.675
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 5)	(15.226)	(3.814)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota explicativa 8)	(3.017)	(3.537)
Dívida líquida	24.094	39.992
Total do patrimônio líquido	51.383	46.940
Total do capital	75.477	86.932
Índice de alavancagem financeira - %	32%	46%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	1.636	786
Aplicações financeiras (i)	13.590	3.028
Total	15.226	3.814
(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados em 90% em 2022 e 2021 do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata.		

5. Partes relacionadas - a) Dividendos a pagar:

	2022	2021
ADS Complexo Eólico Corredor dos Senandes	1.384	239
Total	1.384	239

b) Remuneração da Administração: Considerando que os administradores da Companhia são pagos pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração pagos a pessoas físicas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Direitos a faturar (i)	3.480	3.042
Clientes nacionais (ii)	173	1.139
Total	3.653	4.181

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme abaixo:

	2022	2021
Vencidos	-	-
Até três meses	173	134
De três a seis meses	-	143
Acima de seis meses (a)	-	862
Total	173	1.139

(a) A companhia possuía saldos a receber vencidos classificados como "Acima de seis meses" o qual não foram provisionados para perda em 2021. Em 2022 esses saldos foram recebidos/baixados. **7. Títulos e valores mobiliários - Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 3.017 (R\$ 3.537 em 2021), remunerado em 99% do CDI em 2022 e 2021, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDÉS (Nota 11), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.**

8. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento - a) Direito de uso de ativos, líquido:

	Terrenos (reapresentado)	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.500	162	1.662
Aquisições	-	26	26
Depreciação	(59)	(65)	(124)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.441	123	1.564
Depreciação	(59)	(128)	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.382	54	1.436

b) Passivo de arrendamento

	Terrenos (reapresentado)	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.574	162	1.736
Aquisições	-	26	26
Juros	175	10	185
Pagamentos	(199)	(73)	(272)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.550	125	1.675
Juros	169	6	175
Pagamentos	(199)	(75)	(274)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.520	56	1.576

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.245	872	63	80.180
Aquisições	585	537	5	1.127
Depreciação	(4.844)	(191)	(11)	(5.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.986	1.218	57	76.261
Aquisições	-	80	25	105
Baixas	-	-	(13)	(13)
Depreciação	(4.864)	(109)	(112)	(5.085)
Depreciação - baixas	-	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.122	1.189	31	71.280
Taxas anuais de depreciação - %	4	10	10	

10. Intangível

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Aquisição	-	-	-
Amortização	-	(208)	(208)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(208)	(208)
Aquisição	-	-	-
Amortização	-	(186)	(186)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2.339)	(2.339)

11. Empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Moeda nacional	40.761	45.668
BNDÉS	5.388	5.354
Circulante	35.373	40.314

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o BNDÉS no montante de R\$ 77.167, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 65.030, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$ 11.607, foi liberada em 27 de agosto de 2014, e a terceira tranche, no montante de R\$ 322, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019, foi liberada a última tranche, no valor de R\$94, não havendo mais saldos a serem liberados em 2022. **a) Movimentação:**

	2022	2021
Encargos financeiros provisionados	-	3.438
(-) Juros pagos	(3.439)	(5.202)
(-) Amortização do principal	(5.202)	(45.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		